

**AO JUÍZO DE DIREITO DA __ VARA CÍVEL, DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXX.**

FULANA DE TAL, brasileira, solteira, cuidadora de idosos, filha de **FULANO DE TAL** E **FULANA DE TAL**, RG nº XXX, CPF nº XXXX, residente e domiciliada na Chácara XX, Rua XX, casa XX, ao lado do lote XX, Residencial XXX, XXX, CEP: XXX, telefone: (XX) XXX, endereço eletrônico: XXX@gmail.com, vem, por intermédio da Defensoria Pública do XXXXXXXX, por ser hipossuficiente, propor a presente:

AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL
(c/c pedido de usucapião familiar por abandono do lar)

em desfavor de **FULANO DE TAL**, brasileiro, solteiro, pedreiro autônomo, filho de **FULANO DE TAL** E **FULANA DE TAL**, inscrições de RG nº XXXX e CPF Nº XXXX, residente e domiciliado na Quadra XX, conjunto X, casa X, Bairro XXX, São XX, CEP XXX, telefone: (XX) XX, endereço eletrônico XXXXX@gmail.com, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA UNIÃO ESTÁVEL E SEPARAÇÃO

As partes conviveram de forma pública e contínua como se casados fossem no período compreendido entre junho de 2013 e 15 de novembro de 2018.

DOS FILHOS

As partes têm uma filha em comum: **FULANA DE TAL**, nascida em 01/06/2014, cuja situação de alimentos, visitas e guarda será tratada em autos autônomos.

DA AUDIÊNCIA REMOTA

A Requerente é favorável à audiência remota.

DOS BENS e DAS DÍVIDAS

No curso da união marital, o ex-casal não contraiu dívidas. Por outro lado, as partes adquiriram um lote localizado na Chácara XX, Rua XX, Casa XX, ao lado do lote X, XXX, XXX, CEP: XXX, área XXXX totalizando XXX XXXX), avaliado em cerca de **R\$ XXX** (XXX).

Por conseguinte, considerando que os bens foram adquiridos na constância do relacionamento, pugna para que seja declarado **USUCAPIÃO FAMILIAR** em conformidade com a lei 12.424/2011, em favor da autora.

DO ABANDONO DO LAR E O USUCAPIÃO FAMILIAR

No dia 19 de abril de 2014 a Requerente adquiriu o imóvel, a título oneroso, onde foi construída a atual residência, onde reside com suas duas filhas, na Chácara XX, Rua XX, Casa XX, ao lado do lote XX, Residencial XXX, São XXX, CEP: XXXX, para o convívio da família. Por ocasião encontrava convivente, com o Requerido, conforme cessão de direito em anexo.

O casal convivera junto na referida residência por mais de 4 anos, estando presente desta forma, o ***animus domini***.

O Requerido abandonou o lar em novembro de 2018, sem qualquer justificativa, deixando a Requerente sozinha com todas as responsabilidades concernentes à filha do casal e à manutenção do lar, uma vez que o lote foi comprado à prestação e a sua construção foi realizada em etapas.

A Requerente nunca sofreu qualquer tipo de contestação ou impugnação por parte do Requerido, ou quem quer que seja, sendo a sua posse, portanto mansa, pacífica e ininterrupta durante todo esse tempo, incluso, o mesmo lhe informou que deixaria o referido imóvel para a Requerente e a filha do casal.

De acordo com a Certidão de Propriedade do imóvel emitida pelo Serviço Notarial anexa, não consta qualquer registro e/ou averbação referente ao imóvel acima citado.

Assegura o “Art.1240-A. Aquele que exercer por 2(dois) anos ininterruptamente sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre o imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-conjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário(a) de outro imóvel urbano ou rural.

Hoje a Requerente é a única titular dos direitos de posse, por mais de 02 (dois) anos ininterruptos do referido imóvel. Perfazendo um total de mais de seis anos e sete meses de residência no imóvel, somados o período de posse em que viveu com o Requerido.

Hoje a Requerente é, portanto: **ÚNICA POSSUIDORA LEGÍTIMA** do imóvel acima descrito, **fazendo jus à aquisição da propriedade por meio da ação declaratória de usucapião.**

São **CONFINANTES** do referido imóvel (com maiores especificações em anexo):

1. **FULANO DE TAL** , RG nº XXX- XX, CPF nº XXXX

ENDEREÇO: XXXXX

CONTATO: XXXX

2. **FUULANO DE TAL** , RG nº XXXX, CPF nº XXXX

ENDEREÇO: XXXX

Telefone XXX

3. **FULANA DE TAL** , RG nº XXXX XXX, CPF nº XXXXX

ENDEREÇO: XXXX

Telefone XXXXX

DO DIREITO

A união estável é prevista pela Constituição da República:

Art. 226, A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

(...)

§3º: Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

De acordo com o artigo 1723, do Código Civil, *in verbis*:

É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

No caso em comento, as partes conviveram de forma contínua, pública e duradoura, com o objetivo de constituir família, tratando-se como se marido e mulher fossem.

Consoante o art. 1.725 do Código Civil, “*na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens*”.

A partilha dos bens tem previsão no Código Civil, visto que adquiridos os bens na constância da união, legalmente sob o regime da comunhão parcial de bens:

Para configuração da usucapião familiar faz-se necessário viver no imóvel e utilizá-lo para sua moradia ou de sua familiar, de forma exclusiva, ininterrupta e sem oposição, pelo prazo de 02(dois) anos (contados da separação de fato do casal ou abandono do lar), desde que o imóvel possua até 250m² e que o requerente não possua outro imóvel urbano ou rural, *in verbis*:

Art. 1.240-A. Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. [\(Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011\)](#)

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

a) Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos dos artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil e art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal;

b) Autorizar o exercício da posse do imóvel situado na Chácara X, Rua XX, XXX, ao lado do lote XXX Residencial XXX, XXXX, CEP: XXXX, pela Requerida até decisão final;

c) Que sejam citados todos os confinantes, conforme as especificações já citadas;

d) Que sejam intimados, por via postal, os representantes da Fazenda Pública da União, Estados, XXXXXXXX e Municípios para que manifestem eventuais interesses na causa;

e) A designação de audiência de conciliação ou mediação remotas, nos termos do artigo 319, VII, do novo CPC;

f) A citação do Requerido para responder os termos da presente ação, inclusive acerca da proposta de acordo, sob pena de reveliam,

g) A procedência dos pedidos para reconhecer a união estável entre as partes no período compreendido entre junho de 2013 e novembro de 2018;

h) Que a sentença seja transcrita no registro de imóveis, mediante mandado, por constituir esta, título hábil para o respectivo registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

i) A condenação da parte sucumbente nas custas e honorários advocatícios em favor PRODEF - Fundo de Aparelhamento da Defensoria

Pública do Distrito Federal (CNPJ nº 09.396.049/0001-80), os quais deverão ser depositados no Banco do Brasil, Código do Banco 001, Agência 4200-5, Conta 6830-6.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas.

Valor da causa: **R\$ XXXX, (XXXX).**

Termos em que pede deferimento.

.

FULANA DE TAL

CPF nº XXXXX

FULANO DE TAL

Analista de Apoio à Assistência Judiciária

Matrícula nº XXXX

FULANA DE TAL

Defensora Pública do XXXXXXXX